



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Comportamento dos Indicadores de Desempenho das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) instituídos pelo Tribunal de Contas da União (TCU)

Simone da Costa

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: simone.c@ufsc.br

Luiz Alberton

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: luiz.alberton@ufsc.br

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo identificar o comportamento dos indicadores de desempenho (IDs) exigidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para as IFES e procurou responder qual a relação dos IDs com as novas políticas públicas implementadas ao longo de 10 anos. É uma pesquisa predominantemente quantitativa e quanto aos seus objetivos é descritiva. Quanto aos procedimentos foi utilizado o levantamento de dados e para a coleta usou-se a análise documental, pois os IDs foram retirados dos Relatórios de Gestão Anuais de cada uma das instituições de ensino superior. A amostra é composta por 63 universidades federais descartadas aquelas criadas em 2018, devido a falta de informações para comporem os IDs. Foi identificado o comportamento dos IDs das universidades federais entre os anos de 2009 a 2018. A conclusão é de que grande parte dos IDs, não apresentou diferenças significativas entre os anos analisados, somente alguns IDs elevaram seus valores como: IDs 1(custo corrente por aluno) que pode significar uma estrutura de qualidade para o aluno ou a utilização dos recursos públicos de forma equivocada, ID 7(Conceito Capes) devido a queda dos conceitos de cada mestrado e doutorado ou a formação de novos cursos, o ID 8 (Índice de Qualificação do Corpo Docente) atingiu a meta do REUNI de ter instituições compostos de mais mestres e doutores. O ID 9 (Taxa de Sucesso na Graduação) teve redução ao longo dos anos e não alcançou a meta estabelecida pelo REUNI de obter valores acima de 90%, e o resultado está relacionado ao grande número de matrículas de novos alunos ao longo dos últimos anos e também, pode ser devido ao desempenho acadêmico dos alunos cotistas.

Palavras-chave: Indicadores de desempenho; avaliação de desempenho; universidades federais.

Linha Temática: Contabilidade Gerencial - Indicadores de Desempenho

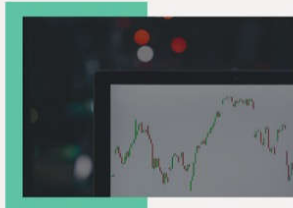


ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



1 Introdução

Em 2001, o Governo Federal implementou o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) (2001-2010), por meio da Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, que trouxe metas para os dez anos subsequentes e, abrangiam, o ensino superior, a fim de reduzir as dificuldades de estrutura e a democratização do acesso à universidade, como por exemplo, a meta constante no item 4.3.1 que prezava pelo aumento das vagas no ensino superior, até o ano de 2010 (Zaferari & Almeida, 2017). O segundo PNE foi instituído em 2014, por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho, com duração para dez anos e reduziu para apenas três, as metas que abrangem o ensino superior (Zaferari & Almeida, 2017).

Para o alcance das metas do PNE (2001-2010), foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), que instituiu a expansão do ensino superior, com objetivo de dobrar os números de vagas nos cursos de graduação, no período de 2008 até 2017, e a ampliação do acesso e permanência dos alunos (Decreto nº 6096, 2007).

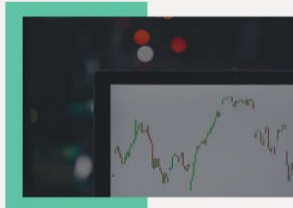
O Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a Lei de Cotas também vieram para auxiliar o Governo Federal no alcance das metas do PNE. O SISU é um sistema informatizado gerenciado pelo MEC, para a seleção de candidatos, exclusivamente por meio da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes em todo o território brasileiro, foi criado com objetivo de democratização do acesso ao ensino superior (Portaria Normativa nº 2, 2010).

A Lei 12.711/2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 conhecida como Lei das Cotas, tem validade de 10 anos e, reserva 50% das matrículas por curso e turno nas IFES, para alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos.

As novas políticas públicas educacionais auxiliam no avanço e melhoria da educação superior, a qual é peça fundamental para o crescimento socioeconômico de um país e corrobora para a utilização de grande parcela dos recursos públicos, para este fim, afinal, ter profissionais especializados em determinados campos, traz um grande diferencial competitivo para o país (Duque, 2016). Ainda para Duque (2016), é necessário verificar como os recursos públicos são investidos e avaliar o desempenho da gestão universitária, tendo em vista o cumprimento das metas almejadas pelo governo e a prestação de contas ao contribuinte e consumidor.

A fim de permitir a fiscalização e uma prestação de contas mais otimizadas, das ações dos gestores públicos das universidades federais, o Tribunal de Contas da União (TCU), fez modificações na forma de avaliação da gestão universitária e instituiu, em 2002, nove indicadores de desempenho que compõe, obrigatoriamente, os relatórios de gestão anual de cada instituição de ensino superior, o que implica em informações como eficiência e eficácia da gestão universitária (Freire, Crisóstomo e Castro, 2007). Segundo Freire *et al* (2007) o TCU é um órgão de controle externo do Governo Federal que dentre suas funções, tem a responsabilidade de avaliar o desempenho da gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em todo o território brasileiro por meio da prestação de contas demonstrada no Relatório de Gestão Anual.

De acordo com Santos, Castaneda e Barbosa (2011), o TCU não definiu parâmetros para verificação dos indicadores de desempenho, se os resultados são bons ou não para a gestão, desta forma as universidades não têm conhecimento de quais resultados deveriam obter para serem consideradas com uma adequada gestão. Ainda para os autores, mesmo sem parâmetros



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



definidos, os indicadores são os únicos instrumentos de auxílio na avaliação institucional de universidades federais, que integram a estrutura dos órgãos do Governo Federal e que possuem a obrigação de publicar os resultados de suas ações, de forma transparente e, fazer à devida divulgação a população.

Para Duque (2016), a atitude do TCU, com a implantação e obrigatoriedade da divulgação dos indicadores de desempenho, auxiliar na identificação de resultados das ações públicas e nas boas práticas de gestão, exigências da sociedade, pelo fato da grande utilização dos recursos públicos.

Deste modo, a pergunta que norteia a presente pesquisa é: qual o comportamento dos indicadores de desempenho instituídos pelo TCU para as IFES? Logo, o objetivo é identificar o comportamento dos indicadores de desempenho exigidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para as IFES.

Assim, justifica-se esta pesquisa devido a importância do conhecimento sobre os resultados da gestão e o acesso às informações, para que, além do governo, o cidadão, consumidor e contribuinte, verifiquem e avaliem os resultados alcançados pela administração pública, no âmbito da gestão universitária. Avaliar o desempenho da gestão pública, por meio da prestação de contas, é fundamental para consumidores e contribuintes que vivem em um país democrático (Jackson, 1993), bem como a avaliação periódica das ações realizadas nas instituições é importante para o sucesso da gestão (Ritta, Sorato e Hein, 2017).

Esta pesquisa se alicerça e amplia os achados de Santos et al (2011) que analisaram os resultados dos indicadores de desempenho do TCU da Universidade Federal de Sergipe, no ano de 2010, com relação as demais universidades da região nordeste. Também compara os resultados e conclusões da pesquisa de Dalla Nora (2014) que faz relação com os indicadores de desempenho e o Índice Geral de Cursos (IGC) e Erasmo, Duarte, Pires & Mendes (2018) onde foi analisado os indicadores em uma única IFES.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Avaliação da gestão e Indicadores de desempenho do TCU

A gestão é um conjunto de atividades que utiliza os recursos disponíveis para obter os melhores resultados e que possui critérios e indicadores para medir a eficiência e eficácia das ações, desta forma a avaliação é o monitoramento das mesmas (Machado, 2004). Para Machado(2004), a verificação do desempenho da gestão deverá na teoria, utilizar os recursos de forma eficaz e eficiente, para atingir seus objetivos ou implantar as ações corretivas necessárias

A avaliação do desempenho da gestão colabora com a tomada de decisão devido à comparação dos resultados das ações esperadas com àquelas realizadas, ou seja, o conhecimento sobre o desempenho esclarece sobre o sucesso ou não das ações praticadas pelos gestores (Ritta et al, 2017). Para Welter & Ensslin (2019), a avaliação de desempenho auxilia no alcance dos objetivos das instituições ,e não mede somente os resultados financeiros, mas também os não financeiros com a utilização de métricas para verificar a eficiência e eficácia da organização.

Mensurar o desempenho da organização é um desafio para os gestores, devido as constantes mudanças de ambiente externo e interno e a necessidade de aperfeiçoamento das metas e indicadores para o alcance de bons resultados na gestão (Monteiro & Callado, 2018).



ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Para Bittencourt (2004), deve-se dimensionar o desempenho de acordo com a economicidade (utilizar menos recursos e manter ao padrões de qualidade); eficiência (atividade realizada e seus custos, em um certo período de tempo), eficácia (alcance das metas), efetividade (relação entre os resultados e objetivos) e equidade (acesso das ações para os menos favorecidos). Segundo o mesmo autor, desta forma serão criados indicadores de desempenho voltados aos objetivos da instituição e a maior dificuldade está quando a organização pertence a um ente do Estado que apresenta metas e objetivos mais rígidos, com significativa importância para a eficiência e efetividade.

O processo de avaliação das instituições é um instrumento de autoconhecimento, utilizado na tomada de decisão e de aperfeiçoamento permanente, assim os indicadores de desempenho auxiliam na otimização das atividades (Freire *et al*, 2007). Há indicadores de desempenho em diferentes setores no Brasil, como por exemplo; na área econômica, para mensuração da geração de riqueza é utilizado o Produto Interno Bruto (PIB) e para o setor agrícola, a produtividade é verificada por meio das toneladas de grãos por safra (Sano & Filho, 2013).

A proposta dos indicadores de desempenho para as IFES iniciou com a inclusão da análise de todas as instituições na prestação de contas anual do Presidente da República e, assim se verificou a viabilidade de um plano de auditoria para avaliar o ensino superior brasileiro. Em 2000, o relatório de gestão da Universidade de Brasília foi a base para as auditorias realizadas nas IFES da Amazônia, Pernambuco, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Desta forma, a partir de 2002, a apresentação dos indicadores de desempenho nos relatórios de gestão anuais tornou-se obrigatória para todas as IFES (Marques, 2016).

A Decisão Plenária 408/2002 contém informações sobre os indicadores de desempenho que poderão ser aperfeiçoados com o tempo, caso o órgão de controle externo julgue necessário. Para compor os IDs, o TCU solicitou que fossem informados os componentes obrigatórios que auxiliam nos cálculos divulgados com o Relatório de Gestão Anual de cada IFES (Tabela 1) (TCU, 2004) e os motivos das alterações de cada indicador.

Tabela 1 - Componentes para auxiliar no cálculo dos IDs.

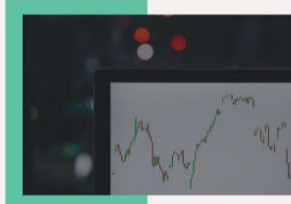
Componentes	Descrição dos Componentes
Componente 1	custo corrente incluindo 35% das despesas Hospitalares Universitárias – HUs
Componente 2	custo corrente excluindo as despesas dos HUs
Componente 3	número de alunos tempo integral
Componente 4	número de professores equivalentes
Componente 5	número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço nos HUs
Componente 6	número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço nos HUs

Fonte: Elaboração dos autores com dados da Decisão nº 408/2002 do TCU (2020)

Segundo Santos et al.(2011), cada indicador de desempenho utiliza uma metodologia de cálculo revelando o grau de eficiência da gestão, por meio dos gastos com cada aluno e informações sobre docentes e discentes. Para Ferreira, Santos e Pessanha (2013), se os indicadores de desempenho forem analisados isoladamente, seus resultados não possibilitarão a aferição do desempenho da instituição.

Tabela 2 – Indicadores de Desempenho, significados e base de cálculo

Indicador de	Significado e Base de Cálculo
--------------	-------------------------------



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Desempenho (ID)	
ID1: <u>Custo Corrente</u> <u>nº Alunos Tempo</u> <u>Integral (ATI)</u>	Relação entre custo corrente e número de alunos equivalentes e utiliza como base de cálculo, para o custo corrente: total das despesas correntes das unidades gestoras menos as despesas com sentenças judiciais, aposentadorias, reformas e pensões, pessoal afastado ou cedido e 65% ou 100% das despesas com o HU, quando a IFES for constituída por este; a base de cálculos para os alunos em tempo integral é constituída do número de alunos equivalentes da graduação, os alunos em tempo integral da pós - graduação e os alunos da residência médica (Freire <i>et al</i> , 2007).
ID2: <u>ATI</u> <u>Professores</u> <u>Equivalentes (PE)</u>	Relação do número de alunos em tempo integral com os professores equivalentes, este último é o docente com carga horária de trabalho de 40 horas semanais, com ou sem dedicação exclusiva (DE) e aplica-se o peso de 0,50 para dedicação de 20 horas semanais e de 1 para dedicação exclusiva e/ou 40 horas semanais (Erasmio <i>et al.</i> , 2018). Para Freire et al (2007), um valor baixo para este ID, significa que cada aluno terá maior assistência por parte dos professores.
ID3: <u>ATI</u> <u>Funcionários</u> <u>Equivalentes (FE)</u>	Avalia quantos funcionários estão à disposição dos alunos (Freire <i>et al</i> 2007). Base de cálculo para os funcionários equivalentes: é o servidor com tempo integral e jornada de trabalho de 40 horas semanais, com pesos aplicados para cada jornada: 0,50 para 20 horas semanais, 0,75 para 30 horas semanais e 1,00 para 40 horas semanas (Erasmio <i>et al.</i> , 2018).
ID4: <u>FE</u> <u>PE</u>	Relação entre funcionários equivalentes (atividade meio) e professores equivalentes(atividade fim) (Paula, Faroni & Baeta, 2016). Para Freire <i>et. al.</i> (2007), quanto maior o número de professores melhor o benefício para a instituição de ensino.
ID5: <u>Grau de</u> <u>Participação</u> <u>Estudantil (GPE)</u>	Quantidade de aluno da ffg raduação em tempo integral com relação ao total de alunos da graduação (Santos <i>et al</i> , 2011).
ID6: <u>Grau de</u> <u>Envolvimento com</u> <u>Pós-Graduação</u> <u>(GEPG)</u>	Relação entre o número de alunos de pós-graduação com o total de discentes que compõe a IFES (alunos de graduação e pós-graduação), assim caso o número de vagas da graduação aumente juntamente com a pós-graduação, o valor do indicador não sofrerá grandes mudanças (Santos <i>et al</i> , 2011).
ID7: <u>Conceito CAPES</u>	Relação entre os conceitos dos programas de mestrado e doutorado com a quantidade de programas de pós-graduação, excluindo-se os mestrados profissionalizantes, sendo que os conceitos já foram avaliados e definidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (Capes) e podem ser entre 1 e 7, o que possibilita determinar a qualidade dos cursos de pós-graduação, refletindo o bom desempenho da graduação e o envolvimento dos docentes e técnicos (Barbosa, Freire & Crisóstomo, 2011).
ID8: <u>Índice de</u> <u>Qualificação do</u> <u>Corpo Docente</u> <u>(IQCD)</u>	Mostra o nível de qualidade do corpo docente de acordo com suas titulações por meio da média ponderada dos pesos (Ferreira, Santos e Pessanha, 2013). Base de cálculo: docentes doutores o peso é 5, para mestres, o peso é 4 e especialistas o peso é 3 e para os graduados o peso é 2 e desconsidera-se para o cálculo o regime de trabalho (TCU, 2004).
ID9: <u>Taxa de Sucesso na</u> <u>Graduação(TSG)</u>	Relação entre os alunos ingressantes e os diplomados, ou seja, mede o desempenho acadêmico com relação a eficiência e eficácia da instituição, desta forma, quanto maior o percentual melhor a taxa de alunos que iniciam o curso e finalizam no tempo regular, (Santos et al, 2011).

Fonte: Autores(2020)

O ID 1 avalia a eficiência da IFES, os IDs 2, 3 e 4 medem a produtividade na IFES, ID 5, analisa a produtividade do aluno, o ID 6, o envolvimento com pós-graduação, os IDs 7 e 8 verificam a qualidade da IFES e, por fim, o ID 9 averigua a eficácia (Erasmio et. al., 2018).



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



3. Metodologia

Esta pesquisa é classificada como predominantemente quantitativa, por uma amostra representativa de uma população, possibilitando a generalização dos resultados, sendo que as crenças e valores pessoais não influenciam no processo científico (Gunther, 2006). Quanto aos objetivos é descritiva, pela exigência de uma série de informações sobre o objeto da pesquisa descrevendo os fatos e fenômenos de uma realidade (Gerhardt & Silveira, 2009). Quanto aos procedimentos é um estudo de levantamento de dados e para a sua coleta utilizou-se a análise documental, pois os dados sobre os indicadores de desempenho das IFES foram retirados dos Relatórios de Gestão anualmente publicados nos endereços eletrônicos de cada Universidade pesquisada e no *website* do TCU.

O período de análise é de 2009 a 2018 e justifica-se por abranger 10 (dez) anos do período de mudanças no ensino superior, e, serão verificadas as variações em relação ao Plano Nacional de Educação, REUNI, SISU e Lei das Cotas, e os nove indicadores de desempenho instituídos pelo TCU. Os indicadores de desempenho com dados dos Hospitais Universitários foram retirados pelo fato de nem todas as universidades terem essa estrutura. Para verificação das instituições criadas dentro do período analisado foi coletado a data de fundação de cada uma das 63 universidades.

Foi calculado a média, mediana, mínimo e máximo, para cada ano, de acordo com os valores das 63 universidades e, para esta pesquisa considera-se *Med.* como mediana, *Min.* como mínimo e *Máx.* como máximo.

Dentre as IFES, a avaliação abrangerá as 63(sessenta e três) universidades federais brasileiras, por apresentarem características próximas e serem constituídas de cursos de graduação e pós-graduação. As Universidades Federais do Catalão, de Jataí, Delta do Parnaíba e do Norte de Tocantins foram excluídas da amostra por sua recente criação e por não apresentarem ainda, os indicadores de desempenho instituídos pelo TCU.

A amostra das universidades federais é a seguinte:

a) Região sul – Universidade federal: do Paraná (UFPR), de Santa Catarina (UFSC), de Santa Maria (UFSM), de Pelotas (UFPEL), do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Fronteira do Sul (UFFS), do Pampa (UNIPAMPA), do Rio Grande (FURG). Universidade: Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e, da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

b) Região Sudeste – Universidade Federal: de Alfenas (UNIFAL), de Itajubá (UNIFEI), de Lavras (UFLA), de Ouro Preto (UFOP), de Uberlândia (UFU), de Viçosa (UFV), de Juiz de Fora (UFJF), de Minas Gerais (UFMG), de São Carlos (UFSCAR), de São Paulo (Unifesp), do ABC (UFABC), Fluminense (UFF), do Espírito Santo (UFES), do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), do Rio de Janeiro (UFRJ), de São João Del Rei (UFSJ), do Triângulo Mineiro (UFTM), Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

c) Região Centro-Oeste – Universidade Federal: de Goiás (UFG), do Mato Grosso (UFMT), do Mato Grosso do Sul (UFMS), da Grande Dourados (UGD); e, Universidade de Brasília (UNB).

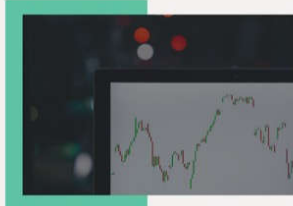


ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



d) Região Norte – Universidade Federal: do Tocantins (UFT), de Rondônia (UNIR), de Roraima (UFRR), do Acre (UFAC), do Amapá (UNIFAP), do Amazonas (UFAM), do Pará (UFPA), Rural da Amazônia (UFRA), do Oeste do Pará (UFOPA) e do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

e) Região Nordeste – Universidade Federal: do Sul da Bahia (UFESBA), do Maranhão (UFMA), de Sergipe (UFS), de Pernambuco (UFPE), da Bahia (UFBA), da Paraíba (UFPB), de Alagoas (UFAL), do Ceará (UFC), do Piauí (UFPI), de Campina Grande (UFCG), do Recôncavo da Bahia (UFRB), do Rio Grande do Norte (UFRN), da Região do Cariri (UFRC), do Vale do São Francisco (UNIVASF), Rural de Pernambuco (UFRPE), Rural do Semi-Árido (UFERSA) e do Oeste da Bahia (UFOBA). Universidade: da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

4. Resultados

Os resultados desta pesquisa são demonstrados por meio de análise descritiva e quando possível relaciona-se as metas e objetivos estabelecidos pelo Governo Federal por meio do PNE 2001-2010 que tinha como objetivo a expansão do ensino superior e o PNE 2014-2024.

O comportamento dos indicadores de desempenho diante da criação do REUNI que teve validade entre 2008 a 2017, SISU em 2010 e Lei de Cotas em 2012 também foi avaliado quando possível.

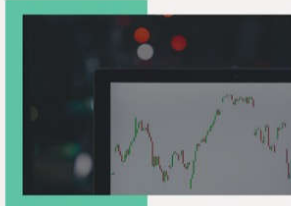
O programa REUNI, foi aderido por 100% (cem por cento) das universidades federais brasileiras até a data limite possível de adesão em 20 de dezembro de 2007, na época existiam 53 IFES e cada uma delas foi responsável pela elaboração da sua proposta de expansão (Todas as universidades federais, 2008).

Em 2008, o repasse do governo às IFES foi de 250 milhões e a meta estabelecida pelo REUNI foi que ao final de cinco anos, haveria o aumento de 300 mil matrículas, elevando a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e com a relação aluno-professor em 18 para cada um, respectivamente (Todas as universidades federais, 2008).

A Tabela 1 informa a data de fundação de cada uma das universidades federais analisadas e, constatou-se que 19 (dezenove) instituições foram criadas, entre 2002 e 2013 dentro da vigência do PNE (2001-2010), além das quatro instituições com fundação em 2018 que foram retiradas da amostra.

Tabela 1 Data de fundação das 63 universidades da amostra desta pesquisa

Universidade	Criação	Universidade	Criação	Universidade	Criação
FURG	1912	UFF	1960	UFLA	1994
UFPR	1912	UFRRJ	1960	UFT	2000
UFAM	1913	UFG	1960	UNIFEI	2002
UFRJ	1920	UFAL	1961	UNIVASF	2002
UFMG	1927	UNB	1962	UFCG	2002
UFRGS	1934	UFPEL	1964	UFRA	2002
UFBA	1946	UFMA	1966	UTFPR	2005
UFPE	1946	UFSCAR	1968	UFABC	2005



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



UFRPE	1947	UFS	1968	UNIFAL	2005
UFCSPA	1953	UFERSA	1968	UFVJM	2005
UFTM	1953	UFPI	1968	UFRB	2005
UFSJ	1953	UFV	1969	UFGD	2005
UFES	1954	UFOP	1969	UNIPAMPA	2008
UFC	1954	UFAC	1970	UFFS	2009
UFPB	1955	UFMT	1970	UFOPA	2009
UFSC	1956	UNIRIO	1974	UNILAB	2010
UFU	1957	UFMS	1979	UNILA	2010
UFPA	1957	UNIR	1982	UFCA	2013
UFRN	1958	UFRR	1989	UFOBA	2013
UFSM	1960	UNIFAP	1990	UFSB	2013
UFJF	1960	UNIFESP	1994	UNIFESSPA	2013

Fonte: Autores (2020).

a) ID1 (Custo Corrente/Aluno Equivalente)

As oscilações do custo corrente por aluno, entre os anos de 2009 a 2018, estão apresentadas na Tabela 2 e, constatou-se que os valores aumentaram ao longo dos 10 anos e a diferença entre os valores mínimos e máximos encontrados em cada ano, foram com alto grau de discrepância.

Tabela 2 Oscilações do ID 1 2009-2018 – (em mil reais)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Média	12,576	14,145	14,928	15,417	18,212	18,944	18,660	19,669	20,328	19,918
Med.	11,955	12,881	13,205	14,279	16,155	17,407	17,733	18,635	19,804	20,159
Min.	5,105	6,440	7,697	8,237	9,189	10,046	7,261	8,594	7,385	3,924
Máx.	29,533	47,485	44,153	35,317	42,438	48,052	49,481	78,583	75,232	39,141

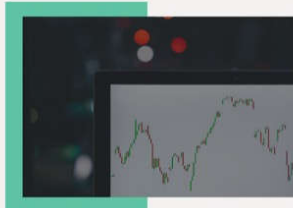
Fonte: Autores (2020).

As universidades que apresentaram os menores valores de 2009 até 2018, foram: UFVJM (2009), UFAL (2010 e 2015), UNIRIO (2011 a 2013), UFSJ (2014) e UFOPA (2016 a 2018).

As IFES com os maiores custos por aluno foram: UNIFESP (2009), UNIPAMPA (2010 a 2013), UFOPA (2014), UNILAB (2015) e UFSB (2016 a 2018) e a UNIPAMPA que iniciou suas atividades em 2010, apresentou maior custo corrente por aluno (R\$47.485,68) dentre todas as universidades. De acordo com Freire *et al* (2007), um maior custo corrente por aluno equivalente, pode significar melhores condições para o aluno, tal como: estrutura e serviços prestados de melhor qualidade. Porém, um custo alto pode significar, também, a má gestão dos recursos da universidade.

As universidades com custos altos, foram as criadas mais recentemente, como por exemplo, a UNILA e UNILAB, ambas criadas em 2010 e, UFOBA, UFSB e UNIFESSPA, criadas em 2013. A exceção foi a UNIFESP fundada em 1994 e de acordo com Freire *et al*. (2007), o maior ou menor custo não influencia no desempenho dos alunos que são capazes de superar as dificuldades com relação a estrutura e instalações das instituições.

Os resultados da pesquisa de Dalla Nora (2014) mostram que o maior custo corrente não significa melhor qualidade da instituição quando comparado com o Índice Geral de Cursos (IGC)



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



que indica a qualidade da instituição.

b) ID2 (Aluno Tempo Integral/ n° de Prof. Equiv.)

Os valores do ID2 na análise da média de cada ano, permaneceram com poucas oscilações, sempre entre 11 e 12, ou seja, existem entre 11 ou 12 alunos por professor, porém para a análise do mínimo e máximo, há grandes variações para todos os anos (Tabela 3).

Tabela 3 Oscilações do Indicador de Desempenho 2 – 2009 a 2018

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Média	11,28	11,09	11,40	11,30	11,21	11,35	12,07	11,87	12,26	12,36
Med.	11,79	10,80	11,70	11,42	11,93	11,65	12,22	11,87	12,34	12,51
Mín.	5,09	4,09	3,27	3,65	0,02	4,01	6,18	5,28	6,19	7,19
Máx.	16,52	16,89	16,01	16,46	19,11	16,14	16,71	20,13	18,6	18,49

Fonte: Autores (2020).

As IFES com os menores valores para o ID2 foram: UFABC (2009), UNIPAMPA (2010 a 2012), UNILA (2013, 2015 a 2017) e UFCA. As instituições que apresentaram os maiores valores foram: UFMG (2009 e 2010), UFRGS (2011 e 2012), UFPE (2013), UFC (2014), UNIRIO (2015), UFAL (2016), UFAC (2017) e UFPA (2018). Em 2013, 2017 e 2018, a meta do REUNI, para o limite máximo de 18 para este ID, não foi alcançada.

Para este ID, quanto menor a relação entre aluno e professor, melhor será a assistência dispendida para o primeiro, dentro da instituição. Tal fato é fruto da lógica da questão aqui analisada e não por conclusão do TCU.

De acordo com a pesquisa de Dalla Nora (2014), uma relação menor entre aluno e professor, não leva a uma melhor qualidade dos serviços prestados, quando comparado o ID com o IGC.

c) ID 3 (Aluno Tempo Integral/n° Func. Equiv.)

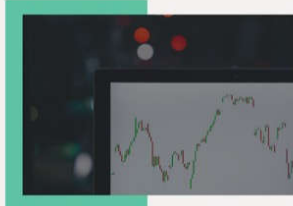
As oscilações entre a relação aluno e funcionário estão apresentadas na Tabela 4 e observa-se que a média variou entre 7,45 e 9,22. Para a UTFPR, o indicador nunca apresentou valores menores que 14,48, o que significa a existência de mais alunos do que funcionários (pouco mais de 14 alunos para cada funcionário).

Tabela 4 Oscilações do Indicador de desempenho 3 (2009 a 2018)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Média	8,57	8,28	8,14	7,97	7,83	7,45	8,01	8,48	8,99	9,22
Med.	8,82	7,65	8,42	8,43	7,99	7,39	8,19	7,84	8,86	8,72
Mín.	2,96	2,26	2,07	2,56	0,01	1,99	2,37	2,75	2,18	4,35
Máx.	14,48	16,67	17,80	16,68	17,87	15,57	14,37	29,49	20,21	23,10

Fonte: Autores (2020).

Os maiores valores para o ID4 foram encontrados nas seguintes instituições: UTFPR (2009 a 2012, 2014 e 2018), UNIRIO (2013), UFAC (2015) e UFAL (2016 e 2017). Já as universidades que apresentaram os menores valores no decorrer dos 10 anos analisados foram:



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



UFABC (2009), UNIPAMPA (2010 a 2012), UNILA (2013 e 2014), UFOBA (2015 e 2016), UFSB (2017) e UFCA (2018). A UTFPR é a universidade com menor índice ao apresentar, sempre, valores maiores do que 14 e, em 2018 chegou ao valor de 23,10.

O ID 3 segue a mesma lógica do ID2, ou seja, quanto menor a relação, melhor o serviço prestado, desta vez, pela assistência administrativa. Segundo Dalla Nora (2014), o número reduzido de alunos por funcionários, não implica em melhor produtividade para a instituição, pelo fato da sua pesquisa não indicar melhor pontuação no IGC para instituições com menores valores, deste ID.

d) ID 4 (Funcionário/ Professor equivalente)

Os valores para a relação entre a quantidade de funcionários para cada professor estão apresentados na Tabela 4 e de acordo com a média e mediana, para a grande maioria das universidades, existem pouco menos do que 2 funcionários para cada professor.

Tabela 5 Oscilações do Indicador de desempenho 4 (2009 a 2018)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Média	1,56	1,58	1,62	1,62	1,68	1,69	1,66	1,59	1,53	1,54
Med.	1,32	1,35	1,38	1,43	1,50	1,51	1,49	1,48	1,37	1,44
Mín.	0,49	0,48	0,46	0,50	0,44	0,46	0,88	0,42	0,41	0,42
Máx.	10,54	10,57	9,64	9,05	8,56	8,51	9,14	8,91	9,11	8,96

Fonte: Autores (2020).

As universidades federais com as menores relações de funcionários por professores, entre os anos de 2009 a 2018, foram somente duas: UTFPR (2009 a 2014 e, 2016 a 2018) e UNIFESP (2015). A UFMG obteve os maiores valores para o ID4, ao longo dos 10 anos analisados, ou seja, existem entre 8 e 10 funcionários para cada professor. Destaque para a UTFPR que é composta por mais professores do que funcionários, porém no estudo de Dalla Nora (2014), está relação não interfere na qualidade do ensino, quando comparado ao IGC.

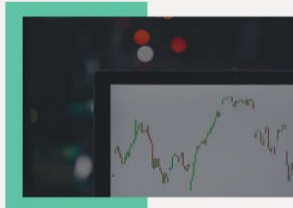
e) ID 5 (Grau de Participação Estudantil – GPE)

Para o ID 5 foi verificado que ao longo dos anos aproximadamente 70% dos alunos estavam com seus cursos em dia, o que significa um adequado desempenho das universidades. A UFRRJ apresentou oscilações entre 2009 e 2018. As universidades com menor tempo de funcionamento apresentaram os menores valores (Tabela 6). Este ID indica a produtividade do aluno e no momento está alta e constante, porém para Dalla Nora (2014), esse indicador não tem relação com a qualidade apresentada de acordo com o IGC.

Tabela 6 Oscilações indicador de desempenho 5 (2009 – 2018).

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Média	0,77	0,77	0,72	0,69	0,70	0,71	0,74	0,72	0,73	0,75
Med.	0,79	0,76	0,73	0,70	0,69	0,73	0,75	0,75	0,72	0,73
Mín.	0,39	0,29	0,23	0,21	0,22	0,37	0,37	0,31	0,20	0,39
Máx.	1,34	1,43	1,24	1,24	1,19	1,09	1,20	1,18	1,15	1,20

Fonte: Autores (2020).



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



As universidades com menores participações estudantis foram: UFABC (2009), UNIPAMPA (2010 a 2013), UFOPA (2014), UFOBA(2015) e UFSB (2016 a 2018) e as instituições com as maiores participações foram: UNIFESP (2009 a 2014 e 2017), UFAM (2015 e 2016) e UFOPA (2018). Dentre todas as universidades, algumas elevaram e outras reduziram a quantidade de alunos com andamento do curso regular.

f) ID6 (Grau de Envolvimento com Pós-Graduação- GEPG)

Percebeu-se uma constante no resultado das médias apresentadas em cada ano, porém com o resultado dos valores mínimos e máximos, verifica-se a discrepância de algumas instituições com outras (Tabela 7).

Tabela 7 Oscilações indicador de desempenho 6 (2009-2018).

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Média	0,11	0,11	0,11	0,10	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11
Med.	0,10	0,10	0,09	0,10	0,10	0,11	0,10	0,10	0,10	0,12
Mín.	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02
Máx.	0,38	0,40	0,30	0,30	0,59	0,30	0,30	0,29	0,30	0,25

Fonte: Autores (2020).

O maior grau de envolvimento com pós-graduação, para cada ano analisado, encontra-se nas seguintes universidades: UNIFESP (2009 a 2012), UFRGS (2012, 2014 a 2017), UFS (2013) e UFMG (2018) e as universidades com menores graus de envolvimento foram: UNIVASF (2009 e 2010), UFOPA (2011), UNIPAMPA (2011 e 2012), UFT (2012), UFFS (2013), UNILAB (2014), UFFS (2014), UNILAB (2015 e 2018), UNIFESSPA (2016 e 2017) e UFCA (2018).

A pouca variação pode ser ocasionada pelo aumento de matriculados nos cursos de pós-graduação, concomitante a elevação das matrículas na graduação e, caso o resultado tenha maior expressividade, o que não foi o caso, significaria que os alunos de pós-graduação stricto sensu estariam mais envolvidos com pesquisa e estudos fora das salas de aula (Erasmio *et al*, 2018)

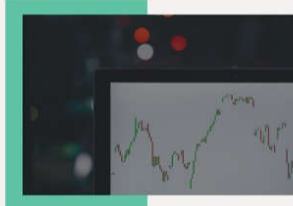
g) ID 7 (Conceito CAPES)

O ID 7, apresentou pouca variação, com valores entre 3,1 a 3,84 e quando verificado os valores individuais de cada universidade, detecta-se que a maioria obteve valores entre 3 e 4 (Tabela 8).

De acordo com Ribeiro (2007), os programas de pós-graduação avaliados com 3, são no mínimo regulares, para os que apresentam 4, seriam bons e 5 muito bons. Para as universidades com conceitos acima de 6, os programas de pós-graduação possuem doutorados e foram avaliados como excelente à nível internacional (Ribeiro, 2007).

Tabela 8 Oscilações indicador de desempenho 7 (2009-2018).

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Média	3,72	3,80	3,74	3,71	3,82	3,84	3,83	3,76	3,83	3,84
Med.	3,72	3,77	3,71	3,68	3,75	3,69	3,68	3,68	3,77	3,87



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Mín.	0,88	1,06	1,06	1,06	3,00	3,00	3,00	3,00	2,89	3,00
Máx.	5,00	5,50	5,18	5,11	5,22	6,36	6,43	5,23	5,32	5,17

Fonte: Autores (2020).

As universidades que obtiveram os menores valores para o conceito Capes, foram: UNIFAP (2009 a 2012), UFAC (2013 a 2018), UFRR (2013), UFFS (2013 a 2017), UNIPAMPA (2013), UNIFESSPA (2014, 2016 a 2018), UFOBA (2014 a 2017), UFCA (2015 e 2016), UNILA (2015 e 2016), UNILAB (2015 e 2016), UFAC (2014 a 2018), UNIVASF (2014 e 2016), UFFS (2014 a 2017) e UFRB (2016).

A UNIFAP, em seu Relatório de Gestão de 2013, informou que houve um equívoco nos cálculos dos anos de 2009 até 2012, porém não informou os valores corrigidos. Após a verificação deste erro, analisou-se 198 Acórdãos publicados no portal do TCU, e verificou-se que o órgão de controle externo nunca constatou o erro de cálculo da UNIFAP, porém elaborou uma comparação entre as universidades de 2009 até 2013. Outros Acórdãos verificaram que algumas universidades não apresentaram por completo o exigido para os indicadores de desempenho, como por exemplo, a UFCG que não apresentou a análise sobre os IDs, nos termos da Decisão 408/2002 – TCU Plenário, em seu relatório de gestão de 2014. A UNIR, em seu relatório de 2011, foi analisada pela CGU que concluiu que o alto custo corrente por aluno, não contribui para melhoria dos outros indicadores de gestão.

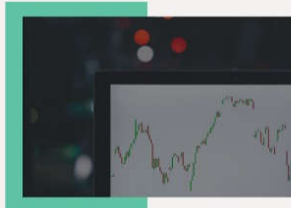
A UFGRS obteve os maiores conceitos em quase todos os anos analisados, ficando em primeiro lugar entre as universidades federais nos anos de 2009, 2011 a 2013, 2016 e 2017. A UFSC ficou com o maior conceito apenas no ano de 2010, a UNIRIO nos anos de 2014 e 2015 e a UFRJ, em 2018. As instituições UFSM, UFPR, UFSC, UFSCAR, UNIFESP, UFV, UFLA, UFBA e UnB, foram as únicas da amostra que obtiveram conceito Capes 4,00, para todos os 10 anos analisados e a UFRJ também obteve conceito Capes 4 e a partir de 2013, manteve o conceito 5.

Segundo Erasmo *et al* (2018) verificou na sua pesquisa, a queda dos valores pode significar que ocorreu redução nos conceitos de cada curso de mestrado e doutorado das instituições ou foi devido ao aumento na quantidade de novos programas stricto sensu acadêmicos.

h) ID 8 (Índice de Qualificação do Corpo Docente)

A média deste indicador de desempenho, apresentada na Tabela 8, indica que um número significativo dentre as instituições analisadas possui na composição do corpo docente, muitos doutores e mestres e que apenas em 2009 e 2011 as instituições apresentaram valores abaixo de 3. Assim, a meta do PNE de ter no quadro docente das universidades federais, a maioria de mestres e doutores, foi alcançada.

De acordo com a análise e resultado da pesquisa, feita por Dalla Nora (2014), confirmou a hipótese de quanto maior os valores do ID8 melhor será a qualidade da instituição, pelo fato das universidades com maiores resultados apresentarem melhor pontuação no IGC, o que corrobora também com a pesquisa de Erasmo *et al* (2018), quando cita que a partir desse indicador, a qualidade da instituição é verificada.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Tabela 9 Oscilações indicador de desempenho 8 (2009-2018).

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Média	3,92	4,02	4,06	4,12	4,18	4,22	4,25	4,29	4,36	4,42
Med.	3,90	4,00	4,10	4,14	4,23	4,30	4,33	4,32	4,39	4,44
Mín.	2,83	3,04	2,94	3,27	3,18	3,28	3,36	3,34	3,43	3,69
Máx.	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,24	5,00	5,11

Fonte: Autores (2020).

A UFABC apresenta em seu corpo docente um maior número de doutores e obteve os maiores pesos nos anos de 2009 a 2015 e 2017 e em 2016 e 2018, o maior é da UFRRJ. Os menores valores encontrados para este indicador de desempenho pertencem às seguintes instituições: UFAC (2009, 2010, 2012, 2013 e 2018), UNIFAP (2011 e 2014 e 2015), UFOP (2016) e UFRR (2017).

i) ID 9 (Taxa de Sucesso na Graduação)

As oscilações do ID 9 está apresentado na Tabela 10, onde a maioria das universidades mostrou suas taxas de sucesso na graduação reduzidas a partir de 2012 ou 2013, com poucas obtendo grau mais elevado ao longo do período. A UFRA teve sua taxa elevada ao longo dos 10 anos, a UFT reduziu sua taxa de 85,84% em 2015 para 42,23% em 2017 e a UFPA se destaca ao apresentar de 2009 até 2018 sempre a taxa de sucesso na graduação acima de 70%. Somente algumas universidades atingiram a meta do PNE de obtenção de 90% da taxa de sucesso da graduação.

Tabela 10 – Oscilações do indicador de desempenho 9 (em %).

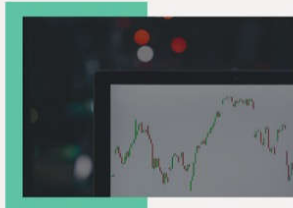
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Média	62,97	58,55	55,64	54,43	48,62	43,91	44,94	45,37	45,95	47,03
Med.	62,48	62,63	58,44	54,97	49,71	43,08	46,29	47,00	46,18	47,05
Mín.	9,97	4,86	20,76	13,92	14,18	12,89	3,98	21,27	14,12	16,10
Máx.	128,00	101,61	90,03	116,30	81,61	90,00	85,84	77,60	79,74	76,92

Fonte: Autores(2020).

As maiores taxas de sucesso na graduação, entre os anos de 2009 e 2018, foram encontradas nas seguintes instituições: UFJF (2009), UFTM (2010), UFMG (2011), UFRJ (2012), UFMA(2013), UFRB (2014), UFT (2015), UFPA (2016), UFPA (2017) e UFOPA (2018). As universidades com as menores taxas verificadas foram: UNIVASF (2009, 2011 e 2012), UNIPAMPA (2010), UNIFESP (2013), UFOPA (2014, 2015 e 2017) e UNILA (2016 e 2018).

Segundo Erasmo *et al.* (2018) o decréscimo no resultado sinaliza que o aluno não integralizou o curso no tempo regular mas também pode ocorrer, devido ao aumento do número de novos alunos.

De acordo com os números do Censo da Educação Superior de 2018, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) pertencente ao Ministério da Educação, a taxa de matrícula em cursos de graduação, na rede federal de ensino superior, entre os anos de 2008 a 2018, teve um grande crescimento e em 2017 e 2018 chegou a ter mais de 1,3 milhão de alunos recém matriculados. Assim, os resultados justificam o



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



decréscimo, ao longo dos anos, da taxa de sucesso da graduação e corrobora com a suspeita de Erasmo *et al.* (2018) quando afirmou esta relação de taxa de sucesso da graduação, com novos alunos.

No entanto, no estudo de Cavalcanti, Andrade, Tiriyaki & Costa (2019), sobre as ações afirmativas (Lei de Cotas) e o desempenho acadêmico entre os anos de 2005 e 2013, verificou que os ingressantes na graduação, por meio de cotas, apresentaram, aparentemente, desempenho inferior quando relacionado aos ingressantes das vagas em ampla concorrência, o que também justifica a taxa de sucesso da graduação reduzir no período analisado nesta pesquisa.

5. Conclusão

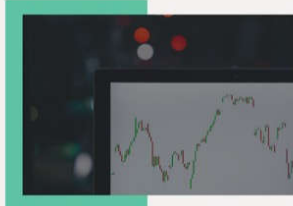
Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar o comportamento dos indicadores de desempenho exigidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para as IFES e responder qual a o comportamento dos indicadores de desempenho instituídos pelo TCU para as IFES.

Quanto ao comportamento dos indicadores de desempenho ao longo dos anos, alguns não mostraram diferença significativa no período analisado, apesar das novas políticas e metas implementadas para o ensino superior. De acordo com estudos anteriores, os indicadores ID1, ID2, ID3, ID4, não necessariamente indicam um melhor desempenho na gestão, de acordo com seus resultados, porém foi estipulado pelo REUNI que o ID2 não fosse maior do que 18 e esta meta foi alcançada nos resultados gerais e pela maioria das universidades. O ID 8 teve relação com as metas e objetivos do REUNI com o aumento da qualificação do corpo docente, no decorrer dos anos, o que indica, segundo Erasmo *et al.* (2018), uma boa qualidade da gestão universitária.

O ID 9, não atingiu a meta de 90%, estipulada pelo Governo Federal, porém foi justificável devido ao aumento da taxa de matrículas na graduação no ensino superior público federal, meta almejada pelo Estado, ao formular o PNE (2001-2010) e PNE (2014-2024). O aumento da taxa de matrículas indica que a Lei de Cotas e o SISU auxiliaram na maior acessibilidade do ensino superior, porém de acordo com estudo anterior, as ações afirmativas realizadas com o ingresso dos estudantes, por meio de cotas, podem ter uma leve influência na taxa de sucesso da graduação devido ao desempenho acadêmico dos cotistas, serem um pouco inferior aos ingressantes por ampla concorrência. Assim, sugere-se para estudos futuros, uma pesquisa detalhada para verificar com mais precisão a relação da Lei de Cotas e SISU com a taxa de sucesso na graduação, com a mesma amostra desta pesquisa.

O erro de cálculo incorrido pela UNIFAP e a pesquisa sobre as decisões do TCU, corrobora com o esperado, o órgão de controle externo não avalia os valores informados por cada instituição e a própria universidade verificou seu erro, depois de 4 anos com os cálculos errados. Apesar das verificações feitas pelo TCU, não foi definido parâmetro que discuta sobre a eficiência ou eficácia da instituição de acordo com os valores de cada indicador de desempenho.

Nesta situação, concluiu-se, também, que os indicadores são utilizados apenas para a gestão interna da IFES não colaborando para uma análise mais profunda do grau de eficiência e eficácia que as IFES podem alcançar, ou se as metas dos Planos e Programas instituídos e criados pelo governo foram alcançados. Além do que não existem parâmetros para seguir, ou seja, falta a definição de quais os valores ideais para cada indicador de desempenho, existindo somente algumas metas impostas pelo governo, sem um estudo mais detalhado sobre a eficácia dos



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

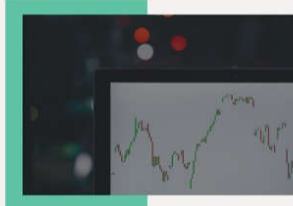
7 a 9 de setembro



resultados estipulados.

REFERÊNCIAS

- Decisão 408 de 24 de abril de 2002 -Plenário do Tribunal de Contas da União (2002). Relatório Consolidado de Auditoria Operacional. Brasília: DF.
- Tribunal de Contas da União [TCU] (2004) .**Portal do TCU**. Recuperado em 05 de novembro de 2019, de:<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>.
- Barbosa, G. D. C., Freire, F. D. S., & Crisóstomo, V. L. (2011). Análise dos indicadores de gestão das IFES e o desempenho discente no ENADE. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 16(2), 317-344.
- Bittencourt, F. M. R. (2004). Indicadores de desempenho como instrumentos de auditoria e gestão, a partir da experiência do TCU. *Revista do TCU*, (102), 49-59.
- Cavalcanti, I. T. D. N., Andrade, C. S. M., Tiriyaki, G. F., & Costa, L. C. C. (2019). Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior: evidência empírica com dados da Universidade Federal da Bahia. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 24(1), 305-327.
- Dalla Nora, R. (2014). Análise da relação entre os indicadores de desempenho das universidades federais da Região Sul do Brasil e os resultados obtidos no Índice Geral de Cursos (IGC).
- Decreto n. 6096 de 2007 (2007). Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Brasília, DF: Presidência da República
- Decreto n. 7824, 11 de outubro de 2012 (2012). Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República.
- Duque, F. S de L. (2016). Análise das características de perfil e dos indicadores de desempenho das universidades federais brasileiras.
- Erasmoo, E. A. L., Duarte, M. M. S. L., Pires, E. B. L., & Mendes, R. N. M. (2018). Avaliação Institucional: uma análise de indicadores de desempenho institucional em uma IFES. *Revista Observatório*, 4(6), 845-877. DOI: <https://doi.org/10.20873/ufc.2447-4266.2018v4n6p845>
- Fereira, M. C., dos Santos, W. J. L., & Pessanha, J. F. M. (2013). Avaliação do ensino superior: análise dos indicadores instituídos pelo TCU para as IFES. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 18(1), 104-124.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Freire, F. de S., Crisóstomo, V. L., & de Castro, J. E. G. (2007). Análise do desempenho acadêmico e indicadores de gestão das IFES. *Revista Produção Online*, 7(4).

Gerhardt, T. E., Silveira, D.T. (Org.) (2009). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ufrgs, 2009. 120 p. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Recuperado em 10 de novembro de 2019, de: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>.

Gunther, Hartmut (2006). Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S.i.], v. 22, n. 2, p.201-210, maio 2006. Recuperado em 20 de outubro de 2020, de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>.

Jackson, P. M. (1993) Public service performance evaluation: A strategic perspective, *Public Money & Management*, 13:4, 9-14, DOI: 10.1080/09540969309387783.

Lei n. 10.172 de 09 de janeiro de 2001 (2001). Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014 (2014). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n. 12711, 29 de agosto de 2012 (2012). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Machado, S. B. (2004). Utilização de indicadores de desempenho na avaliação de gestão realizada pelo TCU. *81ª Monografia (especialização)*. Instituto Serzedello Corrêa, Brasília-DF.

Marques, L. T. (2016). Análise da relação entre os indicadores de desempenho e as variações das despesas públicas em universidades federais de ensino superior. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*.

Monteiro, O. H. C.; Callado, A. A. C.. (2018). Sistemas de mensuração de desempenho: um estudo empírico sobre a percepção de gestores públicos. 8º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças.

Paula, C. H. D., Faroni, W., & Baeta, O. V. (2016). Indicadores de desempenho considerando o financiamento da expansão do ensino superior pelo Reuni.

Portaria Normativa, n. 2 de 2010 (2010). Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos

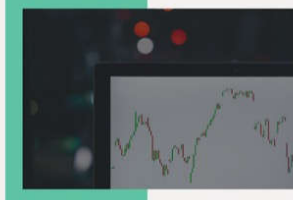


ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Brasília, DF: Ministério da Educação.

Ribeiro, Renato Janine. (2007). Recuperado em 15 de dezembro de 2019, de:

<https://www.capes.gov.br/component/content/article/91-conteudo-estatico/avaliacao-capes/6878-artigos?Itemid=1918>

Ritta, C. de O., Sorato, K. A. D. L., & Hein, N. (2017). Análise envoltória de dados para avaliação da eficiência financeira dos cursos de graduação de uma IES comunitária. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, 10(2), 91-114.

Santos, C. D. S., Castaneda, M. V. N., & Barbosa, J. D. (2011). Indicadores de desempenho das IFES da região nordeste: uma análise comparativa. Recuperado em 10 de dezembro de 2019, de <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/25952/2.4.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>.

Sano, H., & Filho, M. J. F.M. (2013). As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. *Desenvolvimento em questão*, 11(22), 35-61.

Todas as universidades federais aderem ao programa Reuni (2008, 7 de janeiro). Recuperado em 26 de junho de 2020, de <https://noticias.ufsc.br/2008/01/todas-as-universidades-federais-aderem-ao-programa-reuni/>

Zanferari, T., & Almeida, M. D. L. P. D. (2018). Estado Avaliador: As metas para a Educação Superior do Plano Nacional De Educação (2001-2010 E 2014-2024) Em Foco. A revisão linguística e metodológica é de responsabilidade dos autores , 99.

Welter, Larissa Marx; Ensslin, Sandra Rolim. (2019). Panorama das características da Avaliação de Desempenho nas Empresas Privadas: uma revisão da literatura internacional de estudos empíricos. 9º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças.